

8/10/1986

TRT julga dissídio de canavieiros no dia 10

Recife — Com denúncias de ameaças contra grevistas, para as quais teriam contribuído até policiais militares, e uma grande divergência entre os líderes dos trabalhadores e dos patrões sobre a extensão do movimento, continuou ontem, em seu nono dia, a greve dos cortadores de cana de Pernambuco, que deverá prosseguir até sexta-feira, quando o Tribunal Regional do Trabalho julga o dissídio coletivo da categoria.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, a greve dos canavieiros pernambucanos paralisa 80% do parque produtivo de açúcar e álcool do estado. "O que está funcionando são apenas algumas usinas, que estão coagindo bóias-frias a trabalhar", disse José Francisco, citando como exemplo o caso da usina Paute do município da Aliança, na Mata Norte, onde um comando da Polícia Militar foi usado para levar bóias-frias ao campo para trabalhar. José Francisco denunciou ainda a usina Bom Jesus, do município do Cabo, onde capangas armados têm impedido a direção do sindicato de entrar na propriedade.

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, Gustavo Maranhão, disse que a greve dos canavieiros pernambucanos afeta apenas 40% do setor e que a maioria das usinas voltou a funcionar normalmente. Mas, segundo ele, a greve trouxe graves prejuízos para o setor e para economia de Pernambuco. "Deixaram de ser produzidas 1 milhão de sacas de açúcar e o estado deixou de arrecadar Cz\$ 1 milhão de ICM", disse ele.

O presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, Gerson Carneiro Leão, desmentiu as ameaças aos lavradores e garantiu que a greve está praticamente extinta no campo. "Os trabalhadores sabem que a decisão agora está nas mãos do Tribunal e que, por isso, devem voltar ao trabalho o quanto antes", disse Gerson Carneiro Leão, acrescentando que confia na Justiça e que o resultado do julgamento do dissídio será acatado pelos agricultores que representa, "mesmo se não levar em conta os problemas que atravessamos, com o preço da cana defasado e a negativa do governo federal de vir em socorro com um reajuste".

Os 240 mil canavieiros pernambucanos estão reivindicando melhorias salariais e trabalhistas. Eles querem um piso salarial de Cz\$ 1 mil 200 e o disciplinamento do corte da cana de acordo com uma tabela de tarefas. As reivindicações constam de uma pauta com 54 itens, 20 dos quais foram conciliados nas negociações supervisionadas pela Delegacia Regional do Trabalho. Nas negociações realizadas no âmbito do TRT, patrões e empregados chegaram a um acordo quanto a nove reivindicações, mas os acordos não foram assinados porque os mineiros e fornecedores de cana só concordariam com o acordo se ele fosse fechado em bloco.

(Página 12)